

A VOZ DA OPOSIÇÃO EXILADA NO SEMINÁRIO DE NOVA DELI (1961)

Filipa Sousa Lopes

No presente estudo, ainda numa fase de desenvolvimento, propõe-se analisar a participação de Manuel Sertório no Seminário de Nova Deli (1961), assim como os seus depoimentos relativos ao problema colonial português, fundamentalmente sobre a Questão de Goa, durante a sua passagem pela Índia. Afigura-se-nos, portanto, necessário recuar até ao ano de 1947, pois com a proclamação da independência da Índia, a 15 de agosto de 1947, a preocupação com Ultramar, em particular quanto a Goa, é notória e Salazar receia pela soberania portuguesa, por Goa¹, Macau e Timor fruto da reordenação da carta da Ásia. As palavras dos futuros dirigentes da Índia anteviam dificuldades. Nehru lamentava as condições deploráveis da Índia Portuguesa e a necessidade de se proceder à sua integração na União Indiana.

Estabelecidas as relações diplomáticas entre os dois governos ao nível de Legações², a União Indiana não tardou em propor negociações

¹ O Estado da Índia Portuguesa era formado pelo remanescente do antigo império estabelecido no séc. XVI na Península Indostânica. Iniciado com a descoberta do caminho marítimo para a Índia por Vasco da Gama (1498), o que provocou uma mudança decisiva no antigo comércio transcontinental, é consolidado com a ocupação de Goa, em 1510, por Afonso de Albuquerque. A Ilha de Diu foi cedida aos portugueses pelo sultão Bahadur Xá de Guzerate, em 1535, por recompensa do auxílio prestado na luta com o Grão-Mogol de Deli e Damão foi conquistado em 1539.

² As relações entre Portugal e a União Indiana mantinham-se através do consulado-geral de Portugal em Bombaim, para, em outubro de 1948, passarem a

quanto ao futuro do Estado Português da Índia e, em 27 de fevereiro de 1950, reivindica formalmente a soberania sobre as colônias portuguesas no Indostão. Caeiro da Matta, ministro dos Negócios Estrangeiros, passados 4 meses, a 15 de junho, entregou a resposta portuguesa, considerando que as negociações “seriam por isso apenas para definir a forma como o Estado Português da Índia seria integrado na União Indiana” por essa razão o governo português” deve lealmente declarar que ele não pode discutir e muito menos aceitar para ela a solução que se lhe propõe”³.

Perante a inflexibilidade de princípios de Lisboa, os protestos da União Indiana sobem de tom. Nehru considera inaceitável que, havendo a Índia obtido dos ingleses a sua liberdade, continuem a existir áreas de domínio estrangeiro. A União Indiana, a 14 de janeiro de 1953, dirige uma nova Nota ao ministro dos Negócios Estrangeiros, reivindicando a transferência direta dos territórios portugueses, mas propõe manter os direitos culturais e outros da população, acrescentando, a 1 de maio do mesmo ano, que a sua Legação em Lisboa seria encerrada, por ficar sem utilidade prática, caso o Governo português não se dispusesse a entrar na discussão. Lisboa mantém a posição de 1950, ou seja, recusa-se a negociar. A realidade política portuguesa parecia insensível às transformações que o fim da guerra implicava, ao início do processo de descolonização por pressão das novas realidades.

A oposição ao Estado Novo, que até então representava a luta contra o regime ditatorial, irá durante este período posicionar-se relativamente à Questão de Goa. Com a informação controlada e a opinião pública manipulada, de modo a unir os portugueses em torno

ser através da Legação em Nova Deli, entregue ao ministro Vasco Vieira Garin. A União Indiana abriu uma Legação em Lisboa, nos fins de 1949, entregue ao ministro Zare Katachuta Menon.

³ “Memorial entregue pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros ao Ministro da União Indiana em Lisboa”, em 15 de junho de 1950. In: *Vinte anos de Defesa do Estado Português da Índia (1947-1967)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1967, p. 219-221. vol. I.

de um regime que defende a sobrevivência das fronteiras de um país pluricontinental, as vozes, no que concerne à política colonial, têm dificuldade em ser ouvidas, os seus limites são grandes, obrigando ao exílio de vários opositores ao regime. Cruzados os mares e atravessados os continentes, a oposição exilada tentará que a sua voz seja ouvida e desperte a consciência das nações, não só para a situação, que se vivia em Portugal, de proibição do exercício dos direitos fundamentais da cidadania, como para a política colonial do Governo português.

A vaga de repressão após as eleições de 1958 força vários opositores ao exílio, numa época em que a oposição no exterior, com o exílio de Humberto Delgado e mais tarde de Henrique Galvão, ganhará maior atividade, surgindo não só pequenos núcleos em diversos países como com uma composição ideológica mais heterogénea, encontrando-se no Brasil, mais particularmente no Rio de Janeiro e São Paulo, o maior grupo.

Manuel Sertório, destacada figura no combate contra o fascismo, colaborou ao longo dos anos na luta contra o regime salazarista, procurando uma posição política unitária, apoiando os movimentos da oposição ou defendendo presos políticos no Tribunal Plenário. Ao tomar conhecimento pelo escrivão, no encerramento de uma audiência do Tribunal Plenário de Lisboa em que intervirá como advogado, da ordem de passagem de um mandato de captura pela PIDE, pediu asilo político ao chefe da representação diplomática do Uruguai. Chegou ao Brasil, vindo do Uruguai, em meados de 1959, fixou-se inicialmente no Rio de Janeiro, por aí se encontrar Humberto Delgado, iniciando esforços no “sentido de uma aliança *operante* entre os *delgadistas* e os *antidelgadistas* (...)”⁴.

As divergências relativas ao problema das colónias levaram à rutura com Humberto Delgado, quando este, no banquete do 5 de outubro

⁴ SERTÓRIO, Manuel – *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 36 e rodapé 1.

de 1960, em São Paulo, apresentou o *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*. Em dezasseis pontos, Humberto Delgado expôs a visão sobre o colonialismo apresentando como solução para a questão colonial, a organização “de uma República Federal dos Estados Unidos Portugueses” constituída pela “federação dos povos sob a protecção da bandeira portuguesa, ao reconhecer-lhes o direito à autodeterminação”⁵.

Manuel Sertório, discordando da solução federalista para a questão colonial, pronuncia-se no final do discurso de Humberto Delgado, apontando que “o plano (...) nada tem de anticolonialista e por isso, ao contrário do que (Humberto Delgado afirmar)á, não é aceite por todas as correntes da oposição!”. O General indignado e indiferente às declarações de Sertório responde-lhe apenas: “Ah, não? Então queixe-se a quem quiser!”⁶. A discordância de Manuel Sertório com soluções intermédias para o problema colonial, defendida por alguns círculos da oposição portuguesa, já havia sido manifestada anteriormente. A 21 de maio de 1960, Manuel Sertório informou Humberto Delgado sobre o projeto de manifesto anticolonialista enviado pelo grupo de exilados políticos de Londres, o qual, Sertório concordava desde que lhe fossem “introduzidas ligeiras alterações de forma e o mesmo possa ser assinado pelos emigrados representativos e obtenha ainda o acordo dos de Portugal”. Segundo Sertório, a defesa do direito à

⁵ *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*, in ANTT/AOS/CO/PC-77, p. 194-195. O *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*, segundo informações da PIDE, não tardou a chegar ao território português tendo sido distribuído exemplares do panfleto em Ponta Delgada, Açores. Informação da PIDE enviada ao Presidente do Conselho, Ministérios do Ultramar, Interior, Exército e Defesa Nacional, a 23 de dezembro de 1960, in ANTT/AOS/CO/PC-77, p. 193.

⁶ SERTÓRIO, Manuel – *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 37. Quanto à questão colonial Sarmento Pimentel e os exilados de longa data defendiam teses federalistas enquanto a geração de exilados progressistas, como Manuel Sertório, Miguel Urbano Rodrigues, Victor Cunha Rego, Victor Ramos, Adolfo Casais Monteiro e Joaquim Barradas de Carvalho, condenavam essa ideia. RABY, Dawn Linda – “A oposição no exílio e a guerra colonial”. In: *Vértice*, n.º 58 (1994), p. 38. O período de rutura nas relações de Manuel Sertório com Humberto Delgado inicia-se após o 5 de outubro de 1960 e durará até ao final do ano de 1961.

independência dos povos das colónias portuguesas era defendida pelos assinantes desse projeto de manifesto, “o que pela primeira vez acontecia ao nível das forças políticas portuguesas”, à exceção do PCP⁷. Também no exílio a questão colonial era o motivo das maiores ruturas na unidade alcançada, a indefinição nos diversos setores da oposição gerava impasse e golpes definitivos na possível unidade.

Com as afirmações de Delgado, no jantar do 5 de outubro de 1960, a redação do jornal *Portugal Livre* prepara um “Esclarecimento sobre a questão colonial”. Considerando que “não existe um ponto de vista único da oposição portuguesa sobre a questão colonial, mas sim vários” por isso as ideias de Humberto Delgado exprimem apenas um desses pontos de vista. O jornal “faz questão de salientar uma vez mais que, no tocante à inadiável tarefa de liquidação do colonialismo salazariano, desaprova qualquer solução que não tenha por base o reconhecimento do irrestrito direito dos povos à autodeterminação”⁸.

Será desde São Paulo e com o início da Guerra Colonial que Sertório empreende esforços para promover não só a unidade da oposição no exílio, primeiro no Brasil e depois internacionalmente, assim como a unidade com os movimentos nacionalistas. Contudo as dificuldades

⁷ Este documento também foi enviado a Henrique Galvão e aos jornais *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*. SERTÓRIO, Manuel – *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 62 e rodapé 1. O jornal *Portugal Democrático* foi fundado em 1956 por iniciativa de Vítor de Almeida Ramos e Manuel Ferreira Moura. O jornal, durante mais de duzentas edições mensais (1956 a 1974), procurou congregar os antissalazaristas que se encontravam dispersos em São Paulo desde o encerramento do Centro Republicano Português em 1944. Insatisfeitos com o rumo do jornal *Portugal Democrático* surgiu um novo jornal, *Portugal Livre*, em 1959, que contou com a colaboração de Humberto Delgado, Henrique Galvão, Victor da Cunha Rego, Miguel Urbano Rodrigues, João Santana Mota, João Alves das Neves, Joaquim Ribeiro Bastos Paulo de Castro, Pedroso Lima. O jornal *Portugal Livre* teve apenas dezasseis edições, entre novembro de 1959 e março de 1961.

⁸ “Esclarecimento sobre a questão colonial”. *Portugal Livre*. São Paulo, n.º 13 (novembro de 1960), p. 3. O artigo foi assinado por Francisco Vidal, José Pedroso de Lima, José Santana Mota, Miguel Urbano Rodrigues e Victor da Cunha Rego.

na união são visíveis. Lúcio de Miranda⁹, exilado político em Londres desde 1954, membro do Grupo dos Portugueses Democráticos da Inglaterra (GPDI), em carta a Manuel Sertório, comenta a reunião realizada em Londres, a 6 de dezembro de 1960, pelos coloniais africanos e goeses demonstrando a sua admiração pelo facto da oposição não ter aproveitado esta oportunidade única, visto que os coloniais reclamavam do Governo “apenas o reconhecimento do direito à autodeterminação, ofereciam um prazo até ao fim de 1960 – e limitavam-se a pedir amnistia para os presos políticos e cousa mínimas”¹⁰. Nesta reunião dos dirigentes nacionalistas das colónias portuguesas de 6 de dezembro de 1960¹¹, o nacionalista goês Pundolica Gaitonde¹² foi o secretário-geral e contou com a presença, entre outros, de Amílcar Cabral pela Guiné Bissau e Cabo Verde e Holden Roberto, dirigente da União dos Povos de Angola (UPA), que recebidos por Tony Benn, deputado trabalhista, por intermédio de João Cabral secretário da Goa League reuniram-se com um pequeno grupo de portugueses residentes

⁹ Lúcio de Miranda, natural de Goa, após a licenciatura em Matemática, na Universidade de Coimbra, foi colocado no Liceu Antero de Quental, na ilha de S. Miguel. Com fortes convicções nacionalistas, desde a sua juventude, no liceu de Panjim, apoiou a causa da integração de Goa na Índia “repudiando o colonialismo português e fazendo apelo que os goeses se esforçassem por conhecer e absorver a milenária cultura indiana”. Em Coimbra do convívio com Adeodato Barreto, poeta e escritor goês, as suas convicções consolidaram-se. Os acontecimentos do ano de 1954 leva-o a abandonar Portugal, pedindo ao “Ministro de Educação a sua exoneração do cargo de professor, como protesto contra a política adoptada pelo governo em relação a Goa”. O objetivo seria através de Londres deslocar-se para a Índia para juntar-se a Tristão Bragança Cunha, a Berta Menezes Bragança e a António Furtado, que militavam, em Bombaim no movimento de libertação, mas em virtude de alguns contratemplos, permanecerá em Londres, trabalhando na *Goa League*. Lúcio de Miranda veio a falecer dias após a invasão de Goa, Damão e Diu, pelas tropas da União Indiana. MIRANDA, Sacuntala de – *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*. Lisboa: Edições Salamandra, 2003, p. 66-67.

¹⁰ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2035.

¹¹ Sobre a conferência na Câmara dos Comuns em Londres, a 6 de dezembro de 1960, ver LARA, Lúcio – *Documentos e comentário para a História do MPLA (Até fev. de 1961)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 566-570.

¹² Pundolica Gaitonde (1913-1994), médico goês, empreendeu várias ações contra o colonialismo português e foi presidente do Congresso Nacional de Goa.

em Londres. Para Gaitonde, nesta reunião, foi possível perceber que “não existia uma oposição portuguesa organizada, para além do Partido Comunista Português, apesar dos diferentes grupos se reconhecerem na contestação ao regime de Lisboa”¹³.

Apesar de enviada a declaração, da reunião de 6 de dezembro de 1960 em Londres, para Portugal e para os jornais *Portugal Democrático* e *Portugal Livre*, apenas houve, segundo Lúcio de Miranda, “Silêncio. Nem publicação nem comentário”, pois para este, “andava tudo ofuscado e paralisado com a odisseia do Sta. Maria, o que não é de admirar, depois de tantos anos de frustração. Nestas condições de apatia e desorganização, o que é que os portugueses esperavam? Os fascistas, pelo menos, podem apelar para a Sr.^a de Fátima e solicitar um milagre. Mas os democratas, nem isso”¹⁴.

Para Lúcio de Miranda a posição do GPDI sobre a questão colonial era clara, apesar de alguns membros, segundo este, “mais extremistas (ou mais clarividentes?)”. Pensarem mesmo em “termos de independência completa e imediata”. Acrescentava, ainda, que, “não obstante ser colonial” pois nasceu em Goa e era indiano de raça, “vergado sob o peso dos anos e indissolivelmente ligado a Portugal por laços sentimentais e de cultura”, entendia que não se devia por

¹³ STOCKER, Maria Manuel – *Xeque-Mate a Goa*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2005, p. 160.

¹⁴ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2035. A notícia do assalto ao pacote transatlântico português *Santa Maria*, sob a chefia do capitão Henrique Galvão, provocou um grande entusiasmo junto da oposição exilada, denunciando o regime português junto da opinião pública mundial e divulgando a luta da oposição. Contudo, mais tarde, a posição de Henrique Galvão sobre a questão colonial e o seu anticomunismo declarado provocou um distanciamento de Galvão relativamente aos núcleos antissalazaristas. As conclusões da reunião de 5 de março de 1961, realizada em São Paulo, e o apoio “favorável à autonomia das então “províncias ultramarinas portuguesas em África”” provocou cisões no seio da oposição exilada, “uma vez que o núcleo reunido em torno de Galvão não era favorável à completa autonomia africana”, passando o sentido de unidade não ser apenas uma luta contra o Regime, “mas também contra sua política e fundamentos coloniais”. SILVA, Douglas Mansur – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2006, p. 100.

o carro adiante dos bois. Se “os coloniais reclamam apenas o direito de autodeterminação, porque seremos nós, democratas portugueses, a falar em termos de independência completa e imediata?”. Concluía apresentando o que denominava ser a sua fórmula, resumindo-a em duas palavras – “Reconhecimento do direito à autodeterminação e negociações”. Mas, neste momento, era importante, segundo Lúcio de Miranda um passo imediato aos democratas portugueses: “apoiar incondicionalmente a luta dos coloniais, para que da fraternidade na luta contra o adversário comum possam surgir as bases de um entendimento e amizade futuros”. No sentido em que Salazar e o fascismo ofereciam “um bode expiatório para o colonialismo nefasto – e um alvo comum para nos aliarmos com os coloniais”. Alertava, ainda, que era “preciso não perder a oportunidade” e que a “Conferência de Casablanca, que se reunirá a meados do mês, oferece essa oportunidade”¹⁵.

Mas, na Conferência de Casablanca, realizada de 18 a 20 de abril de 1961, com o fim de coordenar as lutas nacionalistas que se desenvolviam em várias colónias portuguesas, foi nítida a mudança de objetivos. Os planos da recém-criada Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), sucessora da FRAIN¹⁶, eram agora “a conquista imediata da independência nacional e a

¹⁵ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2035. Já o presidente da Frente Unida dos Goeses, Francisco Mascarenhas, perante as declarações de Delgado enviou-lhe um telegrama, dizendo que “só uma frente comum com os povos das colónias portuguesas da Ásia e da África poderá apressar a libertação de Portugal para que ocupe lugar entre as nações livres”. E no mesmo telegrama pedia a Delgado “a declaração de que o fim da ditadura de Salazar leve automaticamente à liberdade das colónias portuguesas”. Telegrama Confidencial – Do Estado-maior do Exército, 2.ª Repartição - Secção de Informações – Resumo de notícias n.º 29, 4 de fevereiro de 1961, in ANTT/AOS/CO/UL-32B p. 210.

¹⁶ Com a participação de nacionalistas de Angola, Moçambique, Guiné, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, foi criado o MAC (Movimento Anti-Colonial), que dissolvido em janeiro de 1960 deu origem à Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional (FRAIN). A alteração de terminologia deve-se fundamentalmente ao alargamento de movimentos aderentes e aprofundamento dos objetivos da organização.

liquidação total do colonialismo português”, proclamando a unidade de ação entre as organizações nacionalistas contra o colonialismo português, no contexto da solidariedade africana, afro-asiática e internacional. Nos preparativos da Conferência consideravam que a participação de delegados da oposição portuguesa, como membros ou observadores, dependeria da atitude adotada até à mesma, em fazerem uma declaração pública aceitando o direito de autodeterminação dos povos das colónias portuguesa¹⁷. Esta posição refletia a já conhecida opinião de Lúcio de Miranda sobre a necessidade do posicionamento da oposição portuguesa.

Pundolica Gaitonde, após a Conferência de Casablanca, inicia um ciclo de palestras de modo a estabelecer contactos a nível internacional com vários responsáveis políticos. No Brasil encontrou-se com Humberto Delgado, que para Gaitonde “estava praticamente isolado, com um grupo de amigos incondicionais e subservientemente estavam de acordo com ele em todos os pontos da política que ele defendia e que estavam organizados numa associação que se chamava General Humberto Delgado”¹⁸. Segundo Gaitonde, Delgado mantinha

¹⁷ “Preparativos para a realização da CONCP” 1961, in *CasaComum.org*. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_42757 (consultado em 10 de abril de 2014).

¹⁸ “A oposição face à questão colonial”. *História*, ano XIX (Nova Série), n.º 30 (abril de 1997), p. 49. A I Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) realizou-se em Casablanca, de 18 a 20 de abril de 1961, a convite do governo marroquino na qual foi proclamada a unidade de ação entre as organizações nacionalistas contra o colonialismo português, no contexto da solidariedade africana, afro-asiática e internacional. Participaram na Conferência 14 delegados representando os movimentos nacionalistas das colónias portuguesas: Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP); Goan League; Goan Liberation Council; Goan Peoples’ Party; Movimento de Libertação da Guiné e Cabo Verde (MLGC); Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA); National Congress (de Goa); Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC); União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO); União Nacional dos Trabalhadores de Angola (UNTA). Mário de Andrade é eleito presidente, Marcelino dos Santos – secretário-geral e Aquino de Bragança – secretário para a Informação com Amália Lopes Fonseca (Cabo Verde).

os princípios do *Plano Ultramarino da Oposição Portuguesa*, não afirmando publicamente o princípio da independência das colónias¹⁹.

Será da sua passagem pelo Brasil que Gaitonde trava conhecimento com Manuel Sertório, manifestando, mais tarde a Lúcio de Miranda, o seu encanto com o Brasil e em particular com Sertório e o seu grupo²⁰. De regresso à Índia, Gaitonde sugere a Nehru a ideia da realização de uma conferência semelhante à de Casablanca em Deli, com o objetivo de contribuir para uma maior informação da opinião pública mundial sobre os problemas das colónias portuguesas e unindo não só os movimentos de libertação das colónias portuguesas como outros defensores dessa causa. Apesar de relutante, segundo as palavras de Edila Gaitonde, Nehru concorda pedindo apenas que se chamasse “seminário” e não “conferência” para lhe dar um ar mais intelectual. Recordando a carta de Pundolice Gaitonde, enviada anos mais tarde, a Manuel Sertório este confessava que havia sido inteiramente sua a iniciativa da realização do seminário (incluindo os cronistas) e que já nessa altura “Nehru então disse (use of force is not ruled out)”²¹.

A escolha do observador português a participar no Seminário será objeto de debate no GPDI, quando receberam um convite em

¹⁹ Já em novembro de 1959, Humberto Delgado deslocara-se a Londres a convite do Partido Trabalhista e do Partido Liberal, recebido na Câmara dos Comuns pelo líder trabalhista, Hugh Gaitskell, conheceu Aneurin Bevan. Questionado pela política que defendia para as colónias, em particular a posição sobre o caso de Goa comentou que “não lhe cabia definir as futuras políticas de Portugal, mas apenas garantir a transição da ditadura para a democracia. [...] relativamente às colónias, é que também se lhes aplicava a transição da ditadura para a democracia, implicando prioritariamente uma descentralização do poder”. Considerando uma questão muito delicada se estaria preparado para ceder Goa à Índia, responde “Não posso responder “sim” ou “não”. Não me cabe fazê-lo. O Parlamento é que deverá decidir, Depois de termos eleições livres”. ROSA, Frederico Delgado – *Humberto Delgado. Biografia do General sem medo*. Lisboa: Esfera dos Livros, 2008, p. 826.

²⁰ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 22 de junho de 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2039, p. 2.

²¹ Carta de Pundolice Gaitonde para Manuel Sertório, 27 de julho de 1978, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 1341.

modo de “sondagem”, em que era manifestada a vontade “que os democratas portugueses mandassem também a sua presença, mas desejavam que o delegado fosse representativo”. Lúcio de Miranda ponderando que representativo significaria que a personalidade e os pontos de vistas merecessem a aprovação de uma grande corrente da oposição, considerava que no seu Grupo não havia alguém realmente representativo, por isso indicava o nome de Sertório, pois era “a persona grata” aos olhos dos organizadores”²².

Mas, apesar do nome de Ruy Luís Gomes ter sido o indicado após reunião do GPDI, “não só pelo prestígio internacional do seu nome, mas ainda pela posição que tomou, como Presidente do MND, na crise de Goa”²³, o convite do *Indian Council for Africa*²⁴, para a participação, como observador e orador português no Seminário de Nova Deli, em outubro de 1961 e no *Meeting* de Bombaim, será dirigido a Manuel Sertório, por indicação de Pundolica Gaitonde.

²² Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 3 de setembro de 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2046.

²³ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 3 de setembro de 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2047. A “Nota Oficiosa do Movimento Nacional Democrático sobre o problema de Goa, Damão e Diu”, subscrita pelos membros da Comissão Central (CC) do Movimento Nacional Democrático (MND), a 11 de agosto de 1954, e enviada a vários jornais provoca a detenção de Albertino Duarte Macedo, Virgínia de Faria Moura, Ruy Luís Gomes, José Cardoso Morgado Júnior e mais tarde António Lobão. Terminado o julgamento os réus acabaram por ser condenados a 18 meses de delitos menores, mas acabaram por cumprir mais de dois anos de detenção.

²⁴ *Indian Council for Africa*, entidade não governamental, editor de uma revista sobre os problemas africanos *Africa Quarterly*. O convite do *Indian Council for Africa* dirigido a Manuel Sertório é datado de 23 de setembro de 1961 e consta o seguinte texto “Our Council is holding a seminar on the “Problem of Portuguese Colonies” in New Delhi and Bombay between the 20th and the 23rd October, 1961. The seminar will be inaugurated by Prime Minister Nehru and will be attended by representatives of political parties from most of the principal Portuguese colonies, such as Angola, Mozambique, Portuguese Guinea and Goa. It will be a great pleasure if you could attend the seminar as an observer. During your stay in India you will be our honoured guest. Kindly let me know if you can spare the time to come here and when you are likely to be here”. Correspondência do *Indian Council for Africa* para Manuel Sertório, 23 de setembro de 1961, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/95.

Sertório, já em correspondência anterior com Lúcio de Miranda, referindo-se ao Seminário de Deli considerava que a “base de representatividade a este respeito poderia constar do documento assinado pelo GPDI e por mais umas dezenas de democratas de vários países (...)”²⁵. Manuel Sertório referia-se ao documento intitulado *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU*, que desde maio de 1961 estava a ser redigida, mas as expressões ambíguas sobre o reconhecimento da autodeterminação, que foram introduzidos por Henrique Galvão, geraram divergências, como as dos Profs. Ruy Luís Gomes e Aniceto Monteiro, da Argentina, originando um novo documento²⁶. Redigida a nova declaração o GPDI, não só a aprova e a apoia como reafirma a sua posição, já exposta há mais de um ano, considerando-a mais “clara e mais avançada” e congratula-se pelo facto da Oposição ir-se “aproximando do seu ponto de vista. Deo gratias”. Mas, para Lúcio de Miranda este posicionamento da oposição “já vai tarde e a más horas”²⁷.

Chegado a Deli, após uma breve passagem por casa de Lúcio de Miranda em Londres²⁸, Sertório inicia os trabalhos na presença dos representantes indianos, representantes dos movimentos nacionalistas das colónias portuguesas e observadores estrangeiros debatendo os problemas das colónias portuguesas, durante três dias.

²⁵ Carta de Manuel Sertório para Lúcio de Miranda, 15 de setembro de 1961, São Paulo, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2049.

²⁶ Carta de Manuel Sertório a Lúcio de Miranda, 13 de maio e 6 de junho de 1961, São Paulo, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2037 e 2038.

²⁷ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, Londres, 21 de junho de 1961, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2037 e 2039.

²⁸ Como recordou Sacuntala de Miranda, Sertório pernitoitou em casa de Lúcio de Miranda onde “dormiu no sofá de plástico verde reservado aos visitantes”. MIRANDA, Sacuntala de – *Memórias de um peão nos combates pela liberdade*. Lisboa: Edições Salamandra, 2003, p. 129.

Da sua passagem pela Índia registamos vários momentos expressivos – os três dias de trabalho no Seminário em Deli e a sua comunicação gravada ao microfone da *All India Radio*; o *Meeting* de Bombaim com um comício de encerramento com mais de 200 mil pessoas numa das praias da cidade e as conclusões extraídas dos debates²⁹, assim como os seus depoimentos não só na conferência de imprensa realizada no *Constitution Club* de Nova Deli, como o seu testemunho entregue ao jornal *Free Goa*, em Bombaim.

Não representando oficialmente nenhum organismo liberal português, Sertório expôs os seus pontos de vista acerca do futuro das colónias portuguesas que estavam formulados na *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU*. Esta Declaração, contando somente com as assinaturas de democratas exilados ou emigrados, “pois seria certa a perseguição policial para aqueles que, vivendo em Portugal, assinassem”, foi assinada por vários núcleos da emigração, e, individualmente, por várias figuras da oposição portuguesa no exílio em diferentes partes do mundo, excetuando os responsáveis do PCP que em diversos países não a subscreveram “considerando que ela comprometeria a unidade antifascista”³⁰, mas que alguns membros assinaram a título individual suscitando algumas discussões com os dirigentes³¹. Neste documento era reconhecido “o direito de todos os povos hoje submetidos à soberania portuguesa se autodeterminarem politicamente e assumirem, se assim desejarem, a independência (...)”³², defendendo o estabelecimento de negociações para esse

²⁹ “O Seminário de New Delhi”, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/102, p. 1.

³⁰ SERTÓRIO, Manuel – *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 41.

³¹ “A oposição face à questão colonial”. *História*. ano XIX (Nova Série), n.º 30 (abril de 1997), p. 53.

³² *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/85.

efeito. Denunciava, ainda, a guerra em Angola “como uma guerra tipicamente colonial” destinada a prolongar naquele como nas outras colónias portuguesas “a prática de crimes de genocídio, a privação por parte dos negros de todos os direitos civis e políticos, o regime de trabalho compulsório e a discriminação racial”. Assim como repudiava as responsabilidades referentes à política colonialista do Governo de Salazar atribuídas ao povo português, pois este estava impedido “de exercer quaisquer direitos cívicos em virtude da repressão da polícia política – PIDE – estando a opinião pública portuguesa mistificada pelas mentiras da propaganda oficial e pela acção da censura, que obstrói por completo o acesso às fontes de informação fidedignas”³³.

Sertório aproveitará a sua presença no Seminário para transmitir o seu testemunho sobre a situação que se vivia em Portugal sob a ditadura de Salazar: um “regime tipicamente fascista, que não autoriza partidos políticos nem nenhuma associações cívicas, não reconhece o direito de reunião e submete a censura prévia toda a imprensa”, deformando a opinião pública. Sendo exemplo disso a decisão do Tribunal Internacional de Haia sobre o direito de passagem de tropas portuguesas pelo território da União Indiana, que foi “apresentada como uma vitória dos invocados direitos históricos de Portugal e uma derrota das pretensões do governo indiano”³⁴. Acrescentava ainda, a

³³ A Declaração tinha como fim ser apresentado na atual sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas. *Declaração a ser enviada aos Governos de todos os países membros da ONU*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/85.

³⁴ *Comunicação de Delbi*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 3. A 14 de dezembro de 1955, com a entrada de Portugal na ONU, o Governo português, de imediato, apresenta queixa no Tribunal Internacional de Justiça da Haia, a 22 de dezembro, contra a União Indiana, com vista à restauração da soberania portuguesa nos enclaves de Dadrá e Nagar-Aveli. Em 1960 o Tribunal Internacional de Justiça reconheceu a soberania portuguesa nos enclaves de Dadrá e Nagar Aveli e o direito de trânsito através da União Indiana, mas o trânsito de tropas dependeria da autorização do Governo da Índia e não poderia ser exercido como um direito. Saudada como uma vitória moral pelo Governo português, não esmoreceu as convicções de Nehru

repressão exercida pela PIDE aos adversários de Salazar, contando as prisões de Portugal com cerca de 1.500 presos políticos. Por esta razão, recordava Sertório que, não se podia confundir “o povo português com a política agressiva e colonialista do Dr. Salazar”, por isso os emigrados políticos através de vários jornais apoiavam a “luta dos povos coloniais pela sua liberdade e autodeterminação”. Sertório advertia que não se devia pensar que a posição dos liberais fosse “meramente platónica em face da luta dos povos coloniais portugueses” pois, as pressões eram constantes no Governo português “no sentido da cessação das lutas coloniais”. Considerava que o estado de espírito explosivo em que as massas populares se encontravam restaurariam muito em breve a liberdade no país, “podendo assegurar que o fim imediato das guerras coloniais, onde elas então existirem, e a independência das colónias ou a sua autodeterminação política serão facilmente conseguidas por exigência da esmagadora maioria do povo português, que sabe bem, como os povos das colónias, o que vale e o que custa a luta pela liberdade”³⁵.

Sertório termina a comunicação apontando a vantagem de uma diplomacia conjunta das organizações nacionalistas das colónias portuguesas e dos dirigentes da oposição portuguesa ao Governo, sugerindo a realização, num futuro próximo em Marrocos, de uma conferência, pois “seria a forma de se ajustarem na prática e mediante objetivos concretos os interesse convergentes de ambos os lados”³⁶. Posteriormente acrescenta, na conferência de imprensa no *Constitution Club* de Deli, que enquanto o regime de Salazar durar os líderes nacionalistas das colónias portuguesas e os liberais portuguesas

de continuar a lutar que, a 11 de agosto de 1961, íntegra na União Indiana os dois enclaves, garantindo a cidadania indiana aos seus 5.000 habitantes.

³⁵ *Comunicação de Delbi*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 2-6.

³⁶ *Comunicação de Delbi*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 7-8.

deveriam reunir-se para a elaboração de um plano de ação para a intervenção das Nações Unidas e encontrar outros métodos para uma solução rápida do problema colonial Português³⁷.

A questão de Goa não foi só abordada na sua comunicação apresentada no Seminário, em que aceitava “a sua imediata integração no Estado da União Indiana”, pois para Sertório, “a grande maioria dos goeses já se tinha pronunciado por essa integração”³⁸, como foi exposta com maior atenção no jornal *Free Goa*. Sertório no seu testemunho ao jornal explica que quanto a Goa, “que não reivindica a independência, mas sim a integração na União Indiana, (...) é ao próprio povo goês – não só aquele que vive e sofre em Goa como ao que teve de radicar-se na Índia – que cabe pronunciar-se por plebiscito ou outra forma, sobre o seu próprio futuro. E um governo democrático português não deixará de respeitar essa resolução”. Salienta que os democratas compreendiam a atuação dos nacionalistas das atuais colónias portuguesas pois “o povo português, oprimido há 35 anos por um regime, odeia a repressão, não poderá deixar de ser, como é, o primeiro, a compreender a luta pela liberdade desenvolvida pelos povos das colónias e solidarizar-se com eles”. Acrescenta que “quando todos os povos das atuais colónias portuguesas se tiverem politicamente auto determinado e quando o povo português tiver, pelo seu lado, reencontrado o caminho da independência e da democracia os laços culturais, da língua e dos costumes, onde eles existam podem então

³⁷ Depoimento de Manuel Sertório no *Constitution Club* em Nova Deli, 30 de outubro de 1961, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/101, p. 1. “I think while the Salazar’s regime lasts the nationalist leaders of the Portuguese colonies and Portuguese liberals should meet to devise a plan of action for the United Nation’s intervention and such other methods for a rapid solution of Portuguese colonial problem”. Salienta-se “We feel that Salazar’s colonial policy of racial discrimination and exploitation of forced genocide. This is the reason why the troops are not provided with arms while they are being taken to Angola and other colonies”.

³⁸ *Comunicação de Delbi*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 2.

encontrar as formas legítimas e espontâneas de unir, se eles assim desejarem, [?] futuras vidas nacionais desses povos”³⁹.

Das conclusões do Seminário, apresentadas em 11 pontos, aparece a ideia central que o colonialismo português deveria acabar sendo referido no ponto seis que a “libertação de Goa seria agora de maior importância para a libertação de outras colônias portuguesas” sendo, portanto, assunto de especial urgência⁴⁰. A hipótese do uso da ação da polícia para a libertação de Goa não é colocada de lado pois ao responder ao jornalista do *Indian Express*, quando este lhe pergunta se gostaria que o Governo da Índia recorresse à ação da polícia para a libertação de Goa, Sertório responde que era uma questão a considerar para o povo de Goa e da Índia, mas se Goa for integrada na Índia o povo português vai ficar contente⁴¹.

Para Sertório, o processo de modo a terminar o colonialismo de Salazar é aludido em reportagem ao jornal *Portugal Democrático*, em que seria desencadeado num plano a ser executado em duas fases: numa primeira fase levar à Assembleia Geral a designar uma data “até à qual Portugal deverá permitir o exercício do direito de autodeterminação

³⁹ Manuscrito de Manuel Sertório para *Free Goa*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/99.

⁴⁰ “La libération de GOA revêt dans la phase actuelle une importance exceptionnelle pour la libération des autres colonies portugaise”. Séminaire sur les problèmes des colonies portugaises, New Delhi, 20-23 oct. 1961, in *CasaComum.org*. Disponível em: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_42759 (consultado em 3 de março de 2014). Segundo Sandrine Bégue no seu estudo “La fin de Goa et de l’Estado da Índia : décolonisation et guerre froide dans le sous-continent indien (1945-1962)”, “Cette conférence marque alors la fin progressive – et programmée – des hésitations de Nehru sur Goa, quant à une intervention militaire. (...) L’encouragement est lancé aux participants pour réclamer du Premier ministre indien une position plus directe et concrète. Les leaders nationalistes voient plus que jamais la chute de Goa comme la clé de leur décolonisation”.

⁴¹ Recorte da notícia do *Indian Express*, de 31 de outubro de 1961, “in reply to a question whether he would like the Government of India to resort to police action for the liberation of Goa, he said: “It is a matter of problem for the people of Goa, and India to consider. All that I can say is that if Goa is integrated with India the Portuguese people will be happy””. ANTT/PIDE-DGS – Manuel Sertório – SC/ CI (2)-2257/ NP6976, Vol. I, p. 271.

dos povos das suas colónias (na execução da resolução das N.U. de 14 de dezembro de 1960)”. Numa segunda fase caso o governo de Salazar não cumpra a resolução da Assembleia “esta tomaria uma nova resolução, pela qual qualquer Estado membro das N.U. ficará autorizado a auxiliar, pelos meios julgados adequados, as lutas de libertação dos povos dos territórios dependentes de Portugal”⁴².

A terminar, enfatiza-se o facto que a passagem de Sertório pela Índia permitiu demarcar o rumo da oposição exilada quanto ao problema das colónias portuguesas, reconhecendo “o direito dos povos das colónias portuguesas disporem de si próprios, pela independência, se assim o quiserem”⁴³, defendendo o estabelecimento de negociações para esse efeito. O que representou, segundo as palavras de Sertório a “primeira tomada de posição claramente anticolonialista, por parte de portugueses, a nível internacional”⁴⁴ assim como “o primeiro contato officioso de um antissalazarista com líderes nacionalistas das atuais colónias portuguesas”⁴⁵. Numa época, como recordava Lúcio de Miranda, que era “tão difícil conseguir meia dúzia de assinaturas para um papel anticolonialista!...”, esta seria a oportunidade “para um português “representativo” se manifestar no plano internacional – e

⁴² Artigo de Manuel Sertório para o jornal *Portugal Democrático*, “O Seminário de New Delhi”, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/102, p. 2. Tendo em conta este processo no regresso Sertório passou por Nova Iorque estabelecendo contactos com o Dr. Modak o qual forneceu “um plano de actuação junto da ONU e um orçamento para 6 meses de atividade”. O aproveitamento desse plano dependeria da conferência que pretendia realizar, in Carta de Manuel Sertório para Pundolice Gaitonde, 5 dezembro de 1961, São Paulo, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 1327.

⁴³ Artigo de Manuel Sertório para o jornal *Portugal Democrático*, “O Seminário de New Delhi”, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/102, p. 2.

⁴⁴ SERTÓRIO, Manuel – *Humberto Delgado – 70 cartas inéditas*. Lisboa: Alfa, 1990, p. 40.

⁴⁵ *Comunicação de Delhi*, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Oposição/Outros – Anticolonialismo/Seminário – Doc. Diversos/100, p. 2-6.

diluir assim as desconfianças que existem nos meios afro-asiáticos e sobretudo coloniais, a respeito do racismo lusitano”⁴⁶.

Bibliografia

- BÉGUE, Sandrine – *La fin de Goa et de l’Estado da Índia: décolonisation et guerre froide dans le sous-continent indien (1945-1962)*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2007.
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (Dir.) – *História da Expansão Portuguesa: Último Império e Recentramento (1930-1998)*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2000. vol. V.
- CASTELO, Cláudia – *O modo português de estar no mundo o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Lisboa: Edições Afrontamento, 1999.
- CORREIA, Pedro Pezarat – “Descolonização”. In BRITO, J. M. Brandão (Coord.) – *Do Marcelismo ao fim do Império*. Lisboa: Editorial Notícias, 1999, p. 127-158.
- GAITONDE, Edília – *As maçãs Azuis: Portugal e Goa (1948-191)*. Lisboa: Editorial Tágide, 2011.
- GONÇALVES, Williams da Silva – *O realismo da fraternidade Brasil-Portugal: do tratado de amizade ao caso Delgado*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2003.
- LARA, Lúcio – *Documentos e comentário para a História do MPLA (Até fev. de 1961)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2000, p. 566-570.
- MANYA, Judith – *Le Parti Communiste Portugais et la Question Coloniale (1921-1974)*. Bordeaux: Centre D’Études D’Afrique Noire da Universidade Montesquieu, 2008. Tese de Doutoramento.
- MORAIS, Carlos Alexandre de – *Cronologia Geral da Índia Portuguesa (1498-1962)*. 2.^a ed. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.
- PAULO, Heloisa. (Coord.) – *Memória das oposições (1927-1969)*. Coimbra: Minerva Coimbra, 2010.
- PAULO, Heloisa – *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o salazarismo*. Coimbra: Editora Quarteto, 2000.
- PIMENTA, Fernando Tavares – *Portugal e o Século XX: Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2010.
- PIMENTEL, Irene Flunser – *A Polícia Internacional de Defesa do Estado/Direção Geral de Segurança (PIDE/DGS). 1945-1974. História da polícia política do Estado Novo*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH), 2006. Tese de Doutoramento.
- RABY, Dawn Linda – A Oposição no Exílio e a Guerra Colonial. *Vértice*. II série, n.º 58 (jan./fev. 1994), p. 38.

⁴⁶ Carta de Lúcio de Miranda para Manuel Sertório, 5 de setembro de 1961, Essex, in Centro Documentação 25 de Abril – Manuel Sertório – Correspondência – Doc. n.º 2048.

- ROCHA, Edmundo – *Angola: contribuição ao estudo da génese do nacionalismo moderno angolano (1950-1964)*. Lisboa: Dinalivro, 2009.
- ROSA, Frederico Delgado – *Humberto Delgado: Biografia do General Sem Medo*. Lisboa: Esfera do Livro, 2008.
- ROSAS, Fernando (Coord.) – “Portugal e o Estado Novo (1930-1960)”. In SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. Oliveira (Dir.) – *Nova História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 1992. vol. XII.
- ROSAS, Fernando – “Estado Novo, Império e Ideologia Imperial”. *Revista História das Ideias*. Coimbra: Instituto de História e Teorias das Ideias, Faculdade de Letras de Coimbra, n.º 17 “Do Estado Novo ao 25 de Abril” (1995), p. 19-32.
- ROSAS, Fernando – “Estado Novo (1926-1974)”. In MATTOSO, José (Dir.) – *História de Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. vol. VII.
- ROSAS, Fernando; BRITO, J. M. Brandão de (Dir.) – *Dicionário de História do Estado Novo*. Venda Nova: Bertrand Editora, 1996. 2 vols.
- SERRÃO, Joel; BARRETO, António; MÓNICA, Maria Filomena (Coord.) – *Dicionário de História de Portugal* (Suplemento). Porto: Figueirinhas, 1999-2000.
- SILVA, Douglas Mansur – *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro, 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais (ICS), 2006.
- SILVA, Franco Santos Alves da – *O Jornal Portugal Livre: buscando uma identidade da oposição ao salazarismo no exílio brasileiro*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), 2012. Dissertação de Mestrado.
- SILVA, Rui Ferreira – “Sob o signo do Império”. In ROSAS, Fernando (Coord.) – *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 355-387.
- SILVEIRA, Joel – “As guerras coloniais e a queda do Império”. In REIS, António (Dir.) – *Portugal Contemporâneo*. Lisboa: Publicações Alfa, 1990. vol. IV, p. 71-106.
- STOCKER, Maria Manuel – *Xeque-Mate a Goa*. Lisboa: Temas e Debates/Círculo de Leitores, 2005.
- STOCKER, Maria Manuel – “A oposição face à questão colonial”. *História*, ano XIX (Nova Série), n.º 30 (abril de 1997), p. 49.